

“PRECISAMOS TRATAR DA ALICE”: DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM, DA RITALINA À LITERATURA

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹
Yasmine Martins Diniz²

RESUMO

Partindo de dados recentes sobre o crescimento exponencial do uso de medicamentos na educação de crianças e jovens, em especial com relação às dificuldades de aprendizagem, propomos uma reflexão crítica sobre o impacto pessoal e social desse tipo de mudança. Para isso, recorreremos a pesquisas atuais sobre o assunto e, encarando-as da perspectiva crítica delineada por Michel Foucault ao longo de sua obra, buscamos alternativas às atuais estratégias biopolíticas de controle social, dentre as quais se encontram a medicalização da vida e a medicamentação do ensino. Com esse objetivo, recorreremos à literatura – e à arte de modo geral – como caminhos abertos aos educadores dispostos a suscitar vivências emancipadoras a quem se encontre envolvido em suas propostas de construção do conhecimento. No início do presente artigo, delineamos um experimento de viés literário com o fim de sugerir estratégias disponíveis aos professores para contornar reais problemas de aprendizagem que venham a enfrentar em sala de aula.

Palavras-chave: Medicamentação da sociedade; Ensino de literatura; Sociologia da educação.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em Letras: estudos literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Editor da Revista Em Tese de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (POSLIT/ FALE/ UFMG). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8985-8315>. E-mail: gtsilva.rafa@gmail.com.

² Graduanda em Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: diniz.yasmine@gmail.com.

“WE NEED TO DEAL WITH ALICE”: LEARNING DIFFICULTIES, FROM RITALIN TO LITERATURE

ABSTRACT

Based on recent data on the exponential growth in the use of medicines in the education of children and young people, especially in relation to learning difficulties, we propose a critical reflection about the personal and social impact of this type of change. For this, we employ recent research on the subject and, facing them from the critical perspective outlined by Michel Foucault throughout his work, we seek alternatives to the current biopolitical strategies of social control, among which are the medicalization of life and the medicamentation of teaching. With this objective in mind, we resort to literature – and art in general – as open paths for educators willing to raise emancipatory experiences for anyone involved in their knowledge construction processes. At the beginning of this article, we outline an experiment with a literary bias in order to suggest strategies available to teachers willing to deal properly with real learning problems in the classroom.

Keywords: Medicamentation of society; Teaching literature; Sociology of education.

“NECESITAMOS TRATAR CON ALICE”: DIFICULTADES DE APRENDIZAJE, DEL RITALÍN A LA LITERATURA

RESUMEN

Con base en datos recientes sobre el crecimiento exponencial en el uso de medicamentos en la educación de niños y jóvenes, especialmente en relación con las dificultades de aprendizaje, proponemos una reflexión crítica sobre el impacto personal y social de este tipo de cambio. Para ello, empleamos investigaciones recientes sobre el tema y, desde la perspectiva crítica esbozada por Michel Foucault a lo largo de su trabajo, buscamos alternativas a las

estratégias biopolíticas actuais de control social, entre las cuales se encuentran la medicalización de la vida y la medicamentación de la enseñanza. Con este objetivo en mente, recurrimos a la literatura, y al arte en general, como caminos abiertos para los educadores dispuestos a generar experiencias emancipadoras para cualquier persona presente en sus procesos de construcción de conocimiento. Al comienzo de este artículo, describimos un experimento con un sesgo literario para sugerir estrategias disponibles para los maestros capaces de lidiar adecuadamente con problemas reales de aprendizaje en el aula.

Palabras clave: Medicamentación de la sociedad; Enseñanza de literatura; Sociología de la educación.

INTRODUÇÃO

O Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos publicou em 2018 um estudo alarmante com o título de *Uso de medicamentos e medicalização da vida: recomendações e estratégias*. Chamando atenção para o fato de que

[o] fenômeno da medicalização, em sua maior expressão, está vinculado a populações-chave, a saber: crianças em idade escolar, adolescentes e adultos em privação de liberdade, usuários que necessitam de atenção à saúde mental e pessoas com mais de 60 anos (COMITÊ, 2018, p. 12, acréscimo nosso)

O documento traz dados recentes sobre o crescimento exponencial no consumo de psicofármacos na sociedade brasileira e em todo o mundo, com efeitos colaterais imensos e frequentemente irreversíveis. Para além do risco à saúde física e mental de seus usuários, bem como do fomento a uma indústria bilionária que age muitas vezes de forma inescrupulosa em suas estratégias de expansão mercadológica (TEIXEIRA, 2009),³ o crescimento da

³ Segundo o estudo supracitado: "Atualmente, pessoas são constantemente incentivadas a resolver os problemas sociais utilizando medicamentos, e com a ajuda das

medicalização – e da medicamentação, muitas vezes associada a ela – acentua problemas de sociabilidade e tem um impacto profundo nas relações de poder e controle da sociedade. No campo da educação, esses efeitos têm talvez suas mais profundas consequências, na medida em que incidem sobre um momento formador na vida de milhares de indivíduos que farão parte das gerações futuras.

Nesse breve texto problematizamos a questão da medicamentação – à luz sobretudo das dificuldades de aprendizagem na atividade escolar –, a fim de delinear abordagens alternativas à problemática, partindo de casos emblemáticos da literatura e de seu ensino. Para isso, sugerimos um experimento de viés literário com o fim de sugerir estratégias disponíveis aos professores que lidam com o ensino de literatura (e áreas afins, como artes e história, por exemplo), para contornar problemas reais que venham a enfrentar em sala de aula. Nossos marcos teóricos pautam-se pelas reflexões de Michel Foucault (e, em certa medida, Gilles Deleuze), sobretudo no que um tal pensamento tem a contribuir para uma compreensão da importância da literatura e da fabulação na resistência a formas de controle dos corpos e das mentes.

“PRECISAMOS TRATAR DA ALICE”: um caso ficcional para suscitar o pensamento e a reflexão crítica

Começamos com uma situação ficcional, embora dotada de toda a verossimilhança possível: no meio do primeiro semestre de 2020, um psicopedagogo qualquer de uma escola brasileira recebe uma jovem aluna de 7 anos de idade. Seus professores reclamam que ela tem estado cada vez mais desatenta, apresentando dificuldades para se concentrar nas atividades propostas, raramente chegando até a conclusão de qualquer uma delas. Muitas vezes, dá a impressão de estar com a mente em outro lugar e parece não escutar o que tem

propagandas de medicamentos nos meios de comunicação, disponibilizadas a todo o momento, é fortalecida a ideia de que utilizar medicamento é sempre bom, quando isso não é verdade. Vale salientar que a indústria farmacêutica investe mais em marketing do que em pesquisa e desenvolvimento.” (COMITÊ, 2018, p. 13).

sido dito e discutido em sala de aula pelos outros colegas. Nas poucas ocasiões em que ela demonstra algum interesse por tais atividades, acaba vindo a se dispersar pouco depois com estímulos irrelevantes, interrompendo a execução de suas tarefas para dar atenção a ruídos ou eventos triviais que parecem ser revestidos de grande significação em sua mente. Depois de ler essas informações em sua ficha escolar e de ser apresentado à jovem aluna – chamada Alice –, o psicopedagogo entrevista-a e não tem dificuldades para diagnosticá-la com o tão frequente Transtorno de Déficit de Atenção (TDA). Os sintomas coincidem precisamente com aqueles que são descritos no *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, IV Edição (DSM-IV)*, da Associação Americana de Psiquiatria. Seu primeiro impulso seria prescrever a administração de pequenas doses de metilfenidato, substância do grupo das anfetaminas e que atua como estimulante do sistema nervoso central potencializando a ação da noradrenalina e da dopamina no cérebro, o que promove maior capacidade de concentração. Como alguns pais têm começado a demonstrar certa resistência à prescrição do metilfenidato – isto é, da famosa ritalina –, o psicopedagogo agenda uma consulta com a família da jovem antes de se decidir definitivamente por esse tratamento.

Na semana seguinte, a irmã mais velha de Alice aparece em sua sala e – após algumas perguntas simples de praxe – vem a lhe contar acerca de um sonho que ela própria tivera alguns dias antes, mas que se dera a partir daquilo que sua irmã mais nova havia lhe contado:

Sonhou primeiro com a própria pequena Alice; outra vez suas mãos estavam pousadas sobre os joelhos e seus olhos brilhantes e vivos a fixavam; podia ouvir até as inflexões de sua voz e notar aquele breve gesto de atirar a cabeça para trás, afastando as mechas de cabelos que teimavam *sempre* em lhe cair sobre os olhos... E enquanto escutava, ou pensava escutar, todo o espaço em torno dela tornava-se povoado das estranhas criaturas do sonho de sua irmãzinha.

A relva farfalhava sob os pés dela enquanto o Coelho Branco corria apressado... o Rato assustado

espalhava água à sua passagem através da lagoa ali perto... ela podia ouvir o tinir das xícaras de chá enquanto a Lebre de Março e seus amigos partilhavam a sua interminável ceia... e a voz aguda da Rainha ordenando a execução dos seus infelizes convidados... outra vez o bebê-porco espirrava no colo da Duquesa, enquanto pratos e travessas se espatifavam em volta... e mais uma vez o guincho do Grifo, o ranger do giz do Lagarto, os aplausos sufocados dos porcos-da-índia encheram o ar, confundidos com os soluços longínquos da desgraçada Falsa Tartaruga.

Ali sentada, com os olhos fechados, quase acreditava estar ela mesma no País das Maravilhas, embora soubesse que bastava abrir os olhos outra vez e tudo se transformaria na enfadonha realidade em volta... (CARROLL, 2015b, p. 136.).

O psicopedagogo fica profundamente perplexo com aquele estranho relato. Diante do que conversara com a jovem Alice – e das poucas informações que conseguira arrancar da relapsa criança –, ele já tinha ficado com a impressão de que o emprego de um medicamento como a ritalina, mais até do que recomendável, seria inevitável. Agora, contudo, começa a acreditar que – além da intervenção medicamentosa – talvez venha a ser necessário sugerir um acompanhamento social também junto à família de Alice a fim de averiguar as condições em que a criança vinha sendo criada: se a responsável por ela – no caso, sua irmã mais velha – era dada àquele tipo de devaneio delirante, reforçando o comportamento alienado da criança, ao invés de se contrapor a ele a fim de propiciar sua normalização, dificilmente algum tipo de resultado positivo poderia ser obtido apenas com o tratamento médico. Ele toma então algumas notas, faz outras perguntas simples e dispensa a jovem, dizendo-lhe para não se preocupar pois a escola tomaria as medidas requeridas pelo caso de Alice.

Chamando a garotinha mais uma vez à sua sala a fim de analisá-la, o psicopedagogo dessa vez se prepara melhor para compreender as nuances do transtorno que a aflige: atento a cada gesto e feição da criança, ele coloca-lhe uma série de perguntas sobre as estranhas figuras daquele sonho que sua irmã mais velha lhe

contara. Afinal, quem eram aquelas criaturas? O Coelho Branco, o Rato, a Lebre de Março, a Rainha, o bebê-porco, a Duquesa, o Grifo, o Lagarto, os porcos-da-índia, a Falsa Tartaruga...? Alice a princípio parece animada e começa a contar-lhe seu estranho sonho, mas poucos minutos depois – quando fala de seu encontro com uma lagarta fumando narguilé em cima de um cogumelo – repentinamente se distrai e passa a encarar o espelho que se encontra atrás do psicopedagogo. Ele a interpela e pergunta se há algum problema. Ela diz que não, mas que não consegue parar de pensar no que deve ser a “Escola do Espelho”. Diante da perplexidade do homem, incapaz de compreender o que seria aquilo, Alice afirma que ela deveria ser mais ou menos como a “Casa do Espelho” e especifica o seguinte:

Em primeiro lugar, existe a sala que a gente vê do outro lado do espelho – é igualzinha à nossa sala de visitas, só que está tudo ao contrário. Posso ver tudo quando subo em cima de uma cadeira, tudo, fora aquele pedaço que está por trás da lareira. Ah, queria tanto poder ver *aquele* canto! Só queria saber se eles acendem o fogo no inverno: nunca se *pode* ter certeza, você sabe, a não ser quando sai fumaça do nosso fogo, e então sai fumaça naquela sala também – mas isso pode ser só fingimento, só para parecer que eles também acendem o fogo. Bom, os livros são mais ou menos parecidos com os nossos, só que as palavras estão ao contrário. Sei disso porque uma vez levantei um livro diante do espelho e eles levantaram um também na outra sala. (CARROLL, 2015a, p. 19-20).

Na sequência, para ainda mais profundo encabulamento do pobre psicopedagogo, Alice diz acreditar que na “Escola do Espelho” os alunos aprendem antes e estudam depois, podem brincar durante as aulas – embora tenham que estudar no recreio – e são eles mesmos que ensinam as matérias de matemática, português e ciências aos professores, que aí não sabem rigorosamente nada. O homem austero toma mais algumas notas, faz outras perguntas para Alice e percebe a seriedade com que a criança – novamente calada e alheia – continua a encarar o espelho dos fundos de sua sala. Pouco depois,

ele a dispensa, agora mais seguro ainda de que será necessário intervir com a ritalina e com a sugestão de um acompanhamento detalhado.

Incapaz de extrair um sentido qualquer das figuras extravagantes daquela fantasia infantil cheia de *nonsense*, o psicopedagogo tem certeza de que sua intervenção será fundamental para garantir o bom desenvolvimento dessa criança: uma vez que sua conduta venha a ser normalizada, que seu comportamento em sala de aula se torne o que é esperado dela – isto é, atenção ao professor, por meio de uma concentração silenciosa e desprovida daqueles devaneios delirantes –, a jovem Alice estará pronta para aprender os conteúdos programáticos a fim de se tornar uma pessoa capaz de viver socialmente e de contribuir com os demais⁴. Durante todo esse período, a administração de doses específicas do metilfenidato garantirá sua concentração e o acompanhamento psicopedagógico fará todo o possível para que ela se adeque aos padrões socialmente esperados dela.

A medicalização do processo educacional e suas consequências

Essa situação, embora ficcional – como o recurso à figura literária da personagem de Alice bem o indica –, descreve em linhas gerais aquilo que é vivenciado por tantas crianças e jovens diagnosticados com o Transtorno de Déficit de Atenção no Brasil e em todo o mundo. O absurdo da situação tem sido reconhecido por estudiosos do assunto – como, por exemplo, Marisa Meira (2012) ou pelos autores de documentos brasileiros oficiais que têm alertado para os riscos da medicalização da vida (CONSELHO, 2011-2013; COMITÊ, 2019): diagnósticos apressados e frequentemente arbitrários podem ser responsáveis por iniciar crianças absolutamente

⁴ Tal seria a perspectiva adotada por quem defende que esse tipo de tratamento tenha que ser “vigoroso e precoce”, a fim de evitar as pretensas alterações que tais transtornos poderiam provocar em condutas mantidas na vida adulta, inclusive com o aumento dos riscos de envolvimento com atividades criminosas desde a adolescência. Esse tipo de abordagem é defendido, por exemplo, por Grevet, Salgado, Zeni e Belmonte-de-Deus (2007, p. 37).

normais numa “carreira” de portadores de dificuldades de aprendizagem com consequências profundas para todo o seu desenvolvimento futuro.

Para que se tenha uma primeira noção da amplitude e profundidade desse fenômeno, recorramos aqui a dados objetivos acerca da questão:

No caso do uso de psicofármacos no sistema escolar, atenção deve ser dada ao uso de medicamentos para o tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDA e TDAH). Segundo o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), a partir dos anos 2000, o uso do metilfenidato cresceu em todo o mundo, acompanhado das discussões sobre o seu mau uso. Em 2014, foram fabricadas 62 toneladas desse fármaco, e em 2016, esse número aumentou para 74 toneladas, a maior taxa já observada. O Brasil apresentou o uso de 0,57 S-DDD [doses diárias definidas para fins estatísticos] de cloridrato de metilfenidato por mil habitantes. Nesse contexto, utiliza-se da lógica equivocada de que é mais fácil medicar a criança do que mudar o sistema de educação. (COMITÊ, 2018, p. 14).

Como se vê, o aumento exponencial no consumo de psicofármacos para a normalização de um comportamento normatizado de crianças e jovens é inegável. Os números atuais são verdadeiramente assustadores e já têm apresentado esse tipo de crescimento há algumas décadas.⁵ Acreditamos ser necessário compreender essa situação à luz de um fenômeno ainda mais amplo – descrito também no estudo publicado em 2018 pelo Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos – e que consiste nas estratégias político-sociais dos estados modernos para normatizar e normalizar os comportamentos dos indivíduos sujeitos

⁵ “De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa dos usuários de Medicamentos – IDUM, nos últimos anos o consumo do metilfenidato aumentou em 1616%. Em 2000 foram vendidas 71 mil caixas e em 2008 esse número chegou a 1.147.000 (um milhão e cento e quarenta e sete mil) caixas.” (MEIRA, 2012, p. 138).

a eles (COMITÊ, 2018, p. 13). Trata-se daquilo que o filósofo francês Michel Foucault chamou de “biopoder”.

Antes de continuarmos nossa exposição sobre a situação de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem atualmente – bem como sobre os possíveis empregos da literatura nesse contexto –, convém propor um breve sobrevoo pela teoria de Foucault para compreender esse fenômeno mais amplo. Estudando a história dos modos por que se conceberam cientificamente a loucura, a delinquência, a justiça e a educação – em obras tão emblemáticas quanto *História da loucura* (FOUCAULT, 1978) e *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987) –, o filósofo delineou algumas das principais estratégias disciplinares desenvolvidas pelos estados modernos para alcançar mais amplo e mais profundo controle social. Dando-se conta do impacto que tais estratégias possuíam sobre a vida e o bem-estar de milhares de indivíduos submetidos a um estrito sistema de controle – que passava pela medicina, pela psicologia, pela justiça e pela educação –, Foucault propôs a necessidade de se tomar consciência acerca dessa situação a fim de que formas de resistência pudessem ser esboçadas contra ela. É nessa linha que devemos compreender sua proposta para uma antipsiquiatria, por exemplo:

No cerne da antipsiquiatria existe a luta com, em e contra a instituição. Quando no começo do século XIX foram instaladas grandes estruturas asilares, estas eram justificadas pela maravilhosa harmonia entre as exigências da ordem social, que pedia proteção contra a desordem dos loucos, e as necessidades da terapêutica, que pediam o isolamento dos doentes. [...] Como se pode ver, tudo é questão de poder: dominar o poder do louco, neutralizar os poderes que de fora possam se exercer sobre eles, estabelecer um poder terapêutico e de adestramento, de “ortopedia”. Ora, é precisamente a instituição como lugar, forma de distribuição e mecanismo destas relações de poder, que a antipsiquiatria ataca. (FOUCAULT, 1986, p. 126).

Analisando o impacto de estratégias daquilo que ele entende como movimentos de “despsiquiatrização” – e que se tornaram

comuns sobretudo durante o século XX, como se deu com a psiquiatria farmacológica, com a psico-cirurgia e mesmo com a psicologia de abordagem psicanalítica –, Foucault acredita que essas abordagens prolonguem e refinem as formas de controle inauguradas com a psiquiatria clássica, na medida em que continuam buscando a normalização de comportamentos sociais julgados impróprios. Nesse sentido, a luta empreendida pela antipsiquiatria foucaultiana – e que poderá ser apropriada por nós aqui como uma forma de resistência também à medicalização da vida, em especial no modo como a medicamentação tem se infiltrado na educação de crianças e jovens – busca dar

[...] ao indivíduo a tarefa e o direito de realizar sua loucura levando-a até o fim numa experiência em que os outros podem contribuir, porém jamais em nome de um poder que lhes seria conferido por sua razão ou normalidade; mas sim destacando as condutas, os sofrimentos, os desejos de estatuto médico que lhes tinham sido conferidos, libertando-os de um diagnóstico e de uma sintomatologia que não tinham apenas valor classificatório, mas de decisão e de decreto, invalidando enfim a grande retranscrição da loucura em doença mental, que tinha sido empreendida desde o século XVII e acabada no século XIX. (FOUCAULT, 1986, p. 127-128).

Diante disso tudo, fica evidente o posicionamento que alguém consciente das estratégias biopolíticas dos estados modernos para controlar o comportamento dos indivíduos deveria levar em consideração no tocante àquilo que tem sido chamado de “medicalização da vida”. Questionando a falta de atenção dispensada a uma questão complexa como a das dificuldades de aprendizagem, muitos estudiosos têm criticado a simplificação promovida por quem acredita que a mera intervenção farmacológica basta para resolver a situação.⁶ Alguns documentos brasileiros oficiais sugerem as consequências nefastas que esse tipo de estratégia tem – tanto de uma perspectiva pessoal quanto de uma perspectiva social mais

⁶ A título de exemplo, cf. MAZER; DAL BELLO; BAZON, 2009, p. 15; MEIRA, 2012, p. 138.

ampla –, não sendo possível negligenciar o que se encontra em jogo nesse âmbito (CONSELHO, 2011-2013; COMITÊ, 2018).

Em todo caso, é preciso levar em conta o seguinte:

[N]ão é simples afirmar que uma determinada condição psicossocial age como causa ou consequência na vida de um indivíduo. Uma criança que apresenta dificuldade de aprendizagem, provavelmente, já passou por diversas cadeias de circunstâncias desfavoráveis para o seu desenvolvimento e essa dificuldade, se persistir, também acarretará novos prejuízos psicossociais, que, por sua vez, também contribuirão para a manutenção ou intensificação dos problemas de aprendizagem. Daí a dificuldade na identificação dos fatores como causa ou consequência. (MAZER; DAL BELLO; BAZON, 2009, p. 15).

Constatando a complexidade da questão, esses autores sugerem a necessidade de pesquisas alternativas sobre as dificuldades de aprendizagem a fim de que novas abordagens possam ser propostas. Com isso, as relações entre as dificuldades de aprendizagem e os fatores de risco envolvidos nesse processo talvez possam ser paulatinamente identificadas – seja como causa, seja como consequência delas –, levando a um aprimoramento do tipo de intervenção psicopedagógica mais recomendada para cada caso. É justamente com base nesse espírito que a segunda metade deste texto será dedicada a sugerir de que forma a literatura pode ser empregada como uma estratégia mais saudável para se superarem as dificuldades de aprendizagem, promovendo a tomada de consciência e a promoção de um processo de subjetivação por parte dos indivíduos envolvidos no processo educacional.

Formas alternativas de se lidar com dificuldades de aprendizagem no ensino da literatura em sala de aula

É ainda mais uma vez Foucault quem abre a vereda a ser aqui percorrida por nós. Segundo o filósofo,

nossa época descobriu – e de uma maneira quase simultânea – que a literatura, no fundo, não era mais que um fato de linguagem, e que a loucura, por sua vez, era um fenômeno de significação. Que uma e outra, por conseguinte, jogavam com signos, jogavam com esses signos que jogam conosco e zombam de nós.

A literatura e a loucura, hoje em dia, pois bem, elas têm um horizonte comum, uma espécie de linha de junção que é a linha dos signos. (FOUCAULT, 2016a, p. 70).

Ora, com a situação hipotética acima apresentada, na qual Alice – deslocada para a realidade de uma psicofarmacologia generalizada na concepção contemporânea que se tem de educação – era confrontada por um psicopedagogo que não hesitava em diagnosticá-la com TDA e a prescrever a administração de doses diárias de metilfenidato a fim de normalizar sua conduta e propiciar um aprendizado mais adequado ao que se esperava dela, vislumbramos de que modo literatura e “loucura” podem se unir para questionar e romper as amarras da normatização normalizadora. Apoiando-se uma sobre a outra, talvez seja possível conceber atividades e estratégias que superem as dicotomias impostas pela hierarquização dos saberes e pelas formas de controle típicas de uma sociedade como a nossa, nas linhas do que é sugerido pelas obras de Foucault.

É certo que a literatura – tal como “distúrbios” de ordem mental – se vê frequentemente domesticada. Interpretações psicanalíticas da obra de Lewis Carroll, por exemplo, na linha do que sugere uma das mais emblemáticas delas – isto é, a de Phyllis Greenacre (1955) –, tendem a se concentrar em seu nível simbólico e a extrair daí uma série de conclusões acerca de seu caráter destrutivo. Outras buscam estabelecer o sistema fechado existente por trás de seu aparente *nonsense*, com a demonstração de suas relações internas gratuitas, levando em conta a lógica, a matemática e o jogo. Tal é a abordagem de Elizabeth Sewell (1976), por exemplo, por meio da qual se explica a “perturbadora crueldade” na relação entre os personagens da obra carrolliana.

Nesses casos, como também no de nosso hipotético psicopedagogo responsável por tratar de Alice, testemunha-se um mesmo impulso de “estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal” (ASSIS, 1996, p. 14). Não é por acaso que recorremos aqui precisamente às mesmas palavras empregadas por Machado de Assis quando seu célebre alienista, o Dr. Simão Bacamarte, busca sondar “o mistério de seu coração”. Entre crítica e clínica, o fato é que literatura e loucura frequentemente são vítimas dos desmandos de uma razão autoritária cujo brilho é responsável por cegá-la para as consequências de sua busca incansável por formas de comentário e explicação.⁷

O trabalho de crítica – como, aliás, o de clínica – com certeza pode ser enriquecido infinitamente pelas diferenças entre as abordagens possíveis de um dado fenômeno: assim devem ser encaradas as possibilidades de leitura abertas a todo leitor das obras de Lewis Carroll, por exemplo. Contudo, nenhuma crítica pode ter a pretensão de encerrar a questão da interpretação, definindo de uma vez por todas a verdade da obra interpretada – pois tal verdade jamais seria capaz de banir definitivamente as demais leituras possíveis dessa mesma obra. Uma crítica pode tentar aventar tantas riquezas de detalhe em sua interpretação quanto lhe pareçam existir no texto lido, contudo, ainda restará algo na obra que extrapolará os limites (necessariamente estreitos) desse exercício hermenêutico.⁸ Nesse sentido, sequer uma visão ecumênica como aquela que é defendida por Sebastião Uchoa Leite no posfácio à sua tradução das obras de Carroll pode definir os limites de um exercício interpretativo qualquer:

Os textos de *Alice in Wonderland* e *Through the Looking-Glass* parecendo, a uma visão superficial, fantasias arbitrárias, são na verdade referenciados a

⁷ Para uma análise crítica da cumplicidade frequente entre crítica e clínica, cf. DELEUZE, 2013.

⁸ Vale evocar aqui algumas palavras de Foucault (2016b, p.103) a esse respeito, quando afirma: “[A] literatura é uma linguagem ao infinito, que permite falar de si mesma ao infinito.” Para mais detalhes da inexauribilidade da literatura e do exercício crítico em torno a ela, cf. ARAÚJO, 2013, p. 108-113; SILVA, 2018, p. 3-5.

uma realidade vivida ou pensada pelo autor, desde o plano concreto da realidade biográfica, histórica, linguística, etc., até o plano mais abstrato das discussões científicas e das especulações lógico-semânticas. (LEITE, 2015, p. 153).

Assim sendo, o encontro ficcional entre Alice e nosso psicopedagogo – em pleno ano de 2020 – está de alguma forma inscrito na própria obra oitocentista de Lewis Carroll, dando azo ao tipo de sugestões que delineamos a partir de nossa leitura (altamente criativa, é preciso confessar) da mesma. Algo análogo poderia ser desdobrado a partir de outras figuras características da literatura – seja a partir de um exercício de leitura voltado a um público infanto-juvenil, seja a partir de uma interpretação acadêmica “mais séria” – como, por exemplo, com a turma do Sítio do Picapau Amarelo (de Monteiro Lobato), com o Pequeno Príncipe (de Saint-Exupéry), com o Senhor K. (de Kafka), e com o Bartleby (de Melville), entre muitos outros. Partindo de cada um desses “casos”, a literatura poderia ser usada proveitosamente por um professor criativo para explorar dificuldades e tensões internas às experiências de seus alunos na sala de aula a fim tanto de sensibilizá-los a certas situações que escapam à normalidade normativamente imposta quanto de suscitar a reflexão acerca de algum aspecto específico dessa problemática.

Guiando-nos pela intuição foucaultiana no que diz respeito à relação entre literatura e loucura, esse tipo de atividade pode ser explorada de uma perspectiva do próprio *conteúdo* dessas obras, mas também da *forma* como elas se desenvolvem, com seus jogos de linguagem e seus frequentes questionamentos da lógica. Um exemplo do primeiro tipo de abordagem é o que propusemos no presente texto. Que se considerem as implicações práticas das ideias propostas por Alice sobre a “Escola do Espelho”, com desdobramentos cujo potencial crítico poderia ser ricamente explorado por um professor criativo e empenhado em fomentar o debate entre seus alunos.⁹ Já um exemplo do segundo tipo de

⁹ Evidentemente, ao revirar do avesso o modelo tradicional de educação (MIZUKAMI, 1986, p. 7-18), por meio daquilo que vislumbra de forma invertida no espelho, Alice delineia aí as bases para um modelo pedagógico humanista, talvez utópico, mas muito instigante

abordagem é o que Deleuze (1974) propõe em sua leitura da obra de Lewis Carroll: explorando de forma fecunda os paradoxos aí presentes, o filósofo desdobrou-os a fim de dar a ver que – por trás do aparente não sentido de muitas das passagens de sua obra – sempre persiste algo da ordem de um excesso de sentido. No jogo entre as profundidades e as superfícies, a leitura deleuziana instiga o pensamento e a reflexão crítica sobre a própria lógica e sobre a própria linguagem.

Nesse sentido, nossa proposta é a de que cabe ao professor e aos demais envolvidos no processo de educação de crianças e jovens – evitando o olhar patologizante de um Dr. Simão Bacamarte¹⁰ – suscitar um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades que promovam a atenção e a participação de todos. Tal como sugerido por Marisa Eugênia Melillo Meira (2012, p. 139), “o aluno deve manter-se ativo no processo educativo fundamentalmente porque essa é uma condição indispensável à apropriação dos conteúdos escolares”. Assim sendo, ao invés de nos perguntarmos de forma biologizante “o que a criança tem que não consegue prestar atenção?”, deveríamos começar a colocar perguntas como “o que na escola produz a falta de atenção e concentração?”, ou ainda, agora com Machado de Assis (1996, p. 49), “se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?”.

A partir do momento em que reconhecermos as limitações do ambiente escolar – sobretudo no que diz respeito às propostas tradicionais de ensino e aprendizagem –, definindo os fatores de risco que podem aprofundar ainda mais tais limitações, talvez sejamos capazes de começar a delinear abordagens mais críticas e pertinentes

para o pensamento e para uma tomada de consciência crítica sobre o que está em jogo na educação (MIZUKAMI, 1986, p. 37-58; ROGERS, 2010).

¹⁰ É de se lembrar que, a certa altura de sua aventura psiquiatrizante, a desumanização que acompanha o desenvolvimento do olhar clínico de um homem exclusivamente de ciência surge com toda a clareza: “As despedidas foram tristes para todos, menos para o alienista. Conquanto as lágrimas de D. Evarista fossem abundantes e sinceras, não chegaram a abalá-lo. Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo.” (ASSIS, 1996, p. 22-23).

para os sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento. Enquanto isso não for feito, seguiremos drogando os alunos que apresentarem comportamentos desviantes do que foi normatizado como normal e apagando fantasias tão incríveis e instigantes quanto aquelas que foram vividas por Alice, pela turma do Sítio do Picapau Amarelo, pelo Pequeno Príncipe, pelo Senhor K. e por Bartleby.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura – em companhia da filosofia, não há dúvida – apresenta uma via possível para o desenvolvimento de uma abordagem alternativa às dificuldades de aprendizagem em sala de aula. Os alunos podem ser levados a experimentar de forma criativa qualquer aventura literária que seja capaz de tocá-los – seja levando-os a vivenciar ficcionalmente as existências daqueles que jamais poderiam ser, seja promovendo neles o reconhecimento empírico das situações ali descritas e narradas. Aqui, mais uma vez, Alice indica o caminho que podemos seguir: ela amplia infinitamente nossos horizontes com tudo aquilo que diz ao começar uma frase qualquer com a sua expressão favorita, “Vamos fazer de conta”. Certa vez,

[e]la tivera enorme discussão com a irmã [...], tudo porque Alice começou a dizer “Vamos fazer de conta que somos reis e rainhas”. E a irmã, que gostava de ser exata, argumentou que não podia ser, pois elas eram somente duas. Alice foi então forçada a improvisar:

- Bom, *you* pode ser um deles, então, e *eu* serei todos os outros. (CARROLL, 2015a, p. 19).

Tal é o poder da literatura e algo que ela tem a nos oferecer ainda hoje: o poder de ser “todos os outros”. Que o exemplo de Alice não seja jamais esquecido por nós – professores e educadores –, a fim de que não recorramos desnecessariamente à ritalina e a outras formas de controle normatizador da normalidade, calando assim esse tão belo e necessário “Vamos fazer de conta”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. **O evento comparatista**: Na História da Crítica / No Ensino de Literatura. 2013. 379f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.
- ASSIS, M. O alienista. In: ASSIS, M. **O alienista e O espelho**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- CARROLL, L. **Através do espelho e o que Alice encontrou lá**. Com cinquenta ilustrações de John Tenniel. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Editora 34, 2015a.
- CARROLL, L. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Com quarenta e duas ilustrações de John Tenniel. Tradução e ensaio de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Editora 34, 2015b.
- COMITÊ Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos. **Uso de medicamentos e medicalização da vida**: recomendações e estratégias. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- CONSELHO Federal de Psicologia. **Subsídios para a campanha 'Não à medicalização da vida'**: Medicalização da educação. 2011-2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/subsidios-para-a-campanha-nao-a-medicalizacao-da-vida-medicalizacao-da-educacao/>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- DELEUZE, G. **Critique et clinique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1993.
- DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 6a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 113-128.
- FOUCAULT, M. A linguagem da loucura. In: FOUCAULT, M. **A grande estrangeira**: sobre literatura. Tradução de Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016a, p. 25-71.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. Linguagem e literatura. In: FOUCAULT, M. **A grande estrangeira**: sobre literatura. Tradução de Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b, p. 73-135.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GREENACRE, P. **Swift and Carroll**: a psychoanalytic study of two lives. New York: International Universities Press, 1955.

Grevet, E. H., Salgado, C. A. I, Zeni, G., & Belmonte-de-Abreu, P. Transtorno de oposição e desafio e transtorno de conduta: os desfechos no TDAH em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 56, supl 1, p. 34-38, 2007.

LEITE, S. U. O que a tartaruga disse a Lewis Carroll. In: CARROLL, L. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Com quarenta e duas ilustrações de John Tenniel. Tradução e ensaio de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Editora 34, 2015.

MAZER, S. M.; DAL BELLO, A. C.; BAZON, M. R. Dificuldades de Aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 28, p. 7-21, 2009.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 16, n. 1, p. 135-142, 2012.

MIZUKAMI, M. da G. **Ensino**: abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 1986.

ROGERS, C. **Liberdade para aprender**. Recife: Massagana, 2010.

SEWELL, E. The Nonsense System in Lewis Carroll's Work and in Today's World. In: GIULIANO, E. (Ed.). **Lewis Carroll Observed**: A Collection of Unpublished Photographs, Drawings, Poetry, and New Essays. New York: Clarkson N. Potter, Inc. Publisher, 1976, p. 60-67.

SILVA, R. **Arqueologias do drama**: uma arqueologia dramática. 708 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Faculdade de

Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
2018.

TEIXEIRA, M. A bilionária indústria da educação médica continuada nos EUA: mais uma forma de interferência das empresas na relação médico-paciente. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 12, n. 4, p. 731-742, 2009.

Submetido em: Fevereiro/ 2020.

Aceito em: Dezembro/ 2020.